



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escola que forma e informa*

**Nº 529 – 09 de janeiro de 2019**

**Abrangência: 15/12/2018 a 04/01/2019**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 13.767	DOU; 18/12/2018	Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.	<a href="#">Lei 13.767</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.792	DOU; 04/01/2019	Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas.	<a href="#">Lei 13.792</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.793	DOU; 04/01/2019	Altera as Leis nº 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.	<a href="#">Lei 13.793</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.798	DOU; 04/01/2019	Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.	<a href="#">Lei 13.798</a> (Site da Presidência da República)

LEI COMPLEMENTAR Nº 164	DOU; 18/12/2018	Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.	<a href="#">Lei Compl. 164</a> (Site da Presidência da República)
-------------------------------	--------------------	--	--

### ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
SÚMULA Nº 620	DJE/STJ; 17/12/2018	A embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida	<a href="#">Súmula 620</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 621	DJE/STJ; 17/12/2018	Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.	<a href="#">Súmula 621</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 622	DJE/STJ; 17/12/2018	A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.	<a href="#">Súmula 622</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 623	DJE/STJ; 17/12/2018	As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.	<a href="#">Súmula 623</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 624	DJE/STJ; 17/12/2018	É possível cumular a indenização do dano moral com a reparação econômica da Lei n. 10.559/2002 (Lei da Anistia Política).	<a href="#">Súmula 624</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 625	DJE/STJ; 17/12/2018	O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.	<a href="#">Súmula 625</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 626	DJE/STJ; 17/12/2018	A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.	<a href="#">Súmula 626</a> (Site do STJ)

SÚMULA Nº 627	DJE/STJ; 17/12/2018	O contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do imposto de renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade.	<a href="#">Súmula 627</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 628	DJE/STJ; 17/12/2018	A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.	<a href="#">Súmula 628</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 629	DJE/STJ; 17/12/2018	Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.	<a href="#">Súmula 629</a> (Site do STJ)

### LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98	Diário do Legislativo; 18/12/2018	Altera o art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.	<a href="#">Em. Const. 98</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.173	Minas Gerais; 21/12/2018	Institui o auxílio-saúde e o auxílio-transporte para os servidores do Poder Judiciário do Estado.	<a href="#">Lei 23.173</a> (Site da ALMG)

### LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.034	DOM; 15/12/2018	Dispõe sobre o licenciamento de eventos e obras em logradouro público no período oficial do Carnaval.	<a href="#">Dec. 17.034</a> (Site da PBH)
DECRETO Nº 17.037	DOM; 18/12/2018	Regulamenta a notificação, a revisão e a reclamação contra o lançamento, a concessão de benefícios, e o recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte e da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública.	<a href="#">Dec. 17.037</a> (Site da PBH)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 34	DJE; 17/12/2018	Avisa que não haverá suspensão das atividades das comissões de licitação durante o período do recesso forense, exceto nos finais de semana e nos feriados de Natal e Ano Novo.	<a href="#">Aviso 34</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.331	DJE; 17/12/2018	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Port. 4.331</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.332	DJE; 17/12/2018	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente e a Comissão Especial de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 4.332</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.333	DJE; 17/12/2018	Designa servidores para exercerem a função de pregoeiro e integrarem as equipes de apoio dos pregões, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 4.333</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.334	DJE; 17/12/2018	Designa os integrantes do Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - NV/TJMG e revoga as Portarias da Presidência nº 3.437, de 22 de agosto de 2016, e nº 3.742, de 20 de junho de 2017	<a href="#">Port. 4.334</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.335	DJE; 17/12/2018	Dispõe sobre normas gerais de administração de patrimônio mobiliário no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 4.335</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.336	DJE; 17/12/2018	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Santo Antônio do Monte.	<a href="#">Port. 4.336</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.337	DJE; 18/12/2018	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 4.337</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.338	DJE; 18/12/2018	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Rio Paranaíba.	<a href="#">Port. 4.338</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.339	DJE; 18/12/2018	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Lima Duarte.	<a href="#">Port. 4.339</a> (Site do TJMG)

<b>PORTARIA Nº 4.340</b>	DJE; 18/12/2018	Dispõe sobre a recomposição da 2ª Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Ipatinga.	<a href="#">Port. 4.340</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 4.341</b>	DJE; 19/12/2018	Dispõe sobre os valores a serem cobrados por utilização da citação e intimação feitas por via postal e revoga a Portaria Conjunta da Presidência nº 657, de 19 de julho de 2017.	<a href="#">Port. 4.341</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 4.342</b>	DJE; 19/12/2018	Altera o Anexo I da Portaria da Presidência nº 3.962, de 18 de dezembro de 2017, que "Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2018 e dá outras providências".	<a href="#">Port. 4.342</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 801</b>	DJE; 17/12/2018	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 287, de 29 de abril de 2013, que "Estabelece nova regulamentação para o regime de plantão no Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte e para a execução de suas atividades em estádios de futebol".	<a href="#">Port. Conj. 801</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 802</b>	DJE; 19/12/2018	Altera o Anexo da Portaria Conjunta da Presidência nº 417, de 10 de junho de 2015, que instituiu o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - PCTT dos Documentos Administrativos da Justiça de Primeiro e de Segundo Grau do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 802</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 803</b>	DJE; 19/12/2018	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos sobre a viabilidade da utilização do aplicativo A.DOT, de que trata o Provimento Conjunto nº 278, de 24 de agosto de 2018, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná.	<a href="#">Port. Conj. 803</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 804</b>	DJE; 19/12/2018	Implanta projeto piloto para a realização de atos de comunicação por oficial de justiça avaliador lotado na comarca de Belo Horizonte, endereçados a réus acautelados em comarcas contíguas, localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte.	<a href="#">Port. Conj. 804</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

<b>Tipo/Número</b>	<b>Publicação/ Edição</b>	<b>Ementa/Resumo</b>	<b>Acesso ao Texto Integral</b>
<b>AVISO Nº 74</b>	DJE; 17/12/2018	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2017 a novembro de 2018.	<a href="#">Aviso 74</a> (Site do TJMG)

<b>AVISO Nº 75</b>	DJE; 18/12/2018	Avisa sobre a forma de recolhimento das multas impostas pelo Poder Judiciário, bem como sobre os procedimentos a serem adotados quando do não pagamento pela parte, e torna sem efeito a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5, de 6 de junho de 2016.	<a href="#">Aviso 75</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO Nº 76</b>	DJE; 18/12/2018	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância, no prazo determinado.	<a href="#">Aviso 76</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO CONJUNTO Nº 6</b>	DJE; 17/12/2018	Avisa sobre o terceiro ciclo de implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, referente ao ano de 2019.	<a href="#">Aviso Conj. 6</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.878</b>	DJE; 17/12/2018	Designa Juízes Auxiliares da Corregedoria para o exercício de plantão na Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019.	<a href="#">Port. 5.878</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.879</b>	DJE; 18/12/2018	Altera e acresce dispositivos à Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 4.457, de 26 de agosto de 2016, que “dispõe sobre a destinação de valores em favor da União, revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, nas hipóteses de crimes tipificados na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Lei de Tóxicos”.	<a href="#">Port. 5.879</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.880</b>	DJE; 18/12/2018	Disciplina a suspensão do expediente forense externo e dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE Cível da Comarca de Belo Horizonte.	<a href="#">Port. 5.880</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.881 (EXTRATO)</b>	DJE; 18/12/2018	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 5.881</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.882 (EXTRATO)</b>	DJE; 19/12/2018	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 5.882</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.883</b>	DJE; 19/12/2018	Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão designada pela Port. 5.768/2018.	<a href="#">Port. 5.883</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.884</b>	DJE; 19/12/2018	Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão designada pela Port. 5.768/2018.	<a href="#">Port. 5.884</a> (Site do TJMG)
<b>PROVIMENTO CONJUNTO Nº 82</b>	DJE; 18/12/2018	Altera o § 1º do art. 1º e acrescenta o parágrafo único ao art. 4º do Provimento Conjunto da Corregedoria-Geral de Justiça nº 27, de 17 de outubro de 2013, que “regulamenta o recolhimento e a destinação dos valores oriundos de prestações pecuniárias objeto de transações penais e sentenças condenatórias, em consonância com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça”.	<a href="#">Prov. Conj. 82</a> (Site do TJMG)

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 13</b>	DJE; 17/12/2018	Recomenda a destinação de bens ou produtos apreendidos, cuja guarda se torne, por qualquer motivo, inconveniente ou perigosa, por conter resíduos que possam apresentar risco ao meio ambiente, à saúde e à integridade física dos servidores envolvidos com sua guarda e manipulação, bem como às instalações do Poder Judiciário	<a href="#">Recomend. 13</a> (Site do TJMG)
-------------------------------	--------------------	--	--

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*